

Durval Hale  
Humberto Dalla Bernardina de Pinho  
Trícia Navarro Xavier Cabral  
Organizadores

# O MARCO LEGAL



# NO BRASIL

COMENTÁRIOS À LEI Nº 13.140,  
DE 26 DE JUNHO DE 2015

Delton Ricardo Soares Meirelles  
Diogo Assumpção Rezende de Almeida  
Durval Hale  
Fernanda Medina Pantoja  
Flávia Pereira Hill  
Gabriela Assmar  
Giselle Picorelli Yacoub Marques  
Humberto Dalla Bernardina de Pinho  
Juliana Loss de Andrade  
Luciane Moessa de Souza  
Michele Paumgartten  
Trícia Navarro Xavier Cabral  
Vitor Lopes  
Vivian Gama

Atualizado de  
acordo com o

**Novo  
CPC**

**Lei 13.105,  
de 16.03.2015**

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2016 by

**EDITORA ATLAS LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elísios – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3357-9144

www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Ítalo Frediani

- Fechamento desta edição: 26.10.2015

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C35m

O marco legal da mediação no Brasil : comentários à lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 / Durval Hale, Humberto Dalla Bernardina de Pinho, Trícia Navarro Xavier Cabral. – São Paulo: Atlas, 2016.

ISBN: 978-85-970-0292-8

1. Acesso à justiça 2. Administração de conflitos 3. Direito processual civil – Brasil 4. Lei 13.140, de 2015 – Comentários 5. Mediação 6. Solução de problemas I. Hale, Durval. II. Pinho, Humberto Dalla Bernardina de. III. Cabral, Trícia Navarro Xavier.

12-7696.

CDU: 349.3(81)

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
	1. Características da mediação.....	1
	2. Evolução histórica no Brasil: do PL nº 4.827 à Resolução nº 125 do CNJ.....	5
	3. O Novo Código de Processo Civil .....	8
	4. Os Projetos de Lei do Ministério da Justiça e do Senado Federal...	11
<b>2</b>	<b>Fundamentos</b> .....	<b>35</b>
	1. Mediação como meio alternativo ou adequado de solução de conflito.....	35
	2. Conceito.....	41
	3. Abrangência.....	46
	4. Princípios .....	50
	5. Eficácia da cláusula contratual de mediação.....	65
	6. O marco da mediação legal no Brasil .....	67
	7. Conceito de conflito.....	68
	8. Direitos e Interesses: novos espaços para cooperação e flexibilidade....	70
	9. Evolução nas propostas normativas precedentes .....	74
	9.1. Supressão de limitações materiais específicas.....	76
	9.1.1. Filiação, adoção, poder familiar ou invalidez do matrimônio .....	77
	9.1.2. Interdição.....	79
	9.1.3. Recuperação judicial ou falência .....	80
	10. Matéria que admita transação.....	82
	11. A extensão do conflito e da mediação .....	84
	12. Homologação judicial e oitiva do Ministério Público.....	87
	13. Conclusões .....	89

<b>3</b>	<b>Mediadores</b> .....	<b>91</b>
	1. A atuação do terceiro nos MARCs: breve distinção .....	91
	2. A figura do mediador nos projetos de lei .....	97
	3. Dos mediadores .....	105
	3.1. Generalidades .....	106
	3.1.1. As limitações .....	110
	3.2. Mediadores judiciais e extrajudiciais .....	115
	3.2.1. Do mediador extrajudicial .....	115
	3.2.2. Do mediador judicial .....	117
	4. Considerações finais .....	127
<b>4</b>	<b>Procedimento</b> .....	<b>129</b>
	1. Seção III – Do procedimento de mediação .....	129
	2. Subseção I – Disposições comuns .....	129
	3. Mediação extrajudicial .....	152
	4. Comentários sobre a experiência mundial na formação de mercado e cultura de mediação .....	156
	5. Comentários sobre a mediação extrajudicial na Lei nº 13.140/2015 e a experiência da arbitragem no Brasil .....	159
	6. Subseção II – Da mediação extrajudicial .....	160
	7. Comentários ao § 3º e à supressão de trecho anterior .....	165
	7.1 Conclusão .....	167
	8. Subseção III – Da mediação judicial .....	168
	9. Considerações finais .....	188
<b>5</b>	<b>A Confidencialidade na Mediação: Exceções</b> .....	<b>191</b>
	1. Considerações gerais .....	191
	2. Exame dos dispositivos legais .....	197
<b>6</b>	<b>Mediação de Conflitos e Administração Pública</b> .....	<b>207</b>
	1. Introdução .....	207
	2. Fundamentos para a adoção de métodos consensuais de resolução de conflitos na esfera pública .....	209
	2.1. Fundamentos constitucionais .....	209
	2.2. Fundamentos infraconstitucionais .....	210
	3. Os princípios constitucionais que regem a atuação do Poder Público e suas consequências na resolução consensual de conflitos .....	213
	4. As medidas necessárias para a viabilização da resolução consensual de conflitos individuais envolvendo o Poder Público .....	216

5.	As medidas necessárias para a viabilização da resolução consensual de conflitos coletivos envolvendo o Poder Público.....	217
6.	O capítulo dos conflitos que envolvem o Poder Público na nova Lei de Mediação de Conflitos.....	219
6.1.	Disposições comuns às três esferas federativas – Seção I.....	220
6.2.	Conflitos envolvendo entes públicos federais – Seção II .....	224
7.	Conclusões .....	228
<b>7</b>	<b>Disposições Finais.....</b>	<b>229</b>
1.	Considerações iniciais.....	229
2.	Disposições finais .....	234
<b>8</b>	<b>Conclusão: Expectativas para o Marco Legal da Mediação no Brasil.....</b>	<b>273</b>
1.	A conquista.....	273
2.	Diretrizes estruturantes .....	275
3.	Diretrizes procedimentais.....	276
4.	Diretrizes teleológicas .....	280
5.	Perspectivas para o direito brasileiro .....	283
	<b>Referências.....</b>	<b>291</b>